

DA PROTEÇÃO AO MEMORICÍDIO: CONTRIBUIÇÕES PÓS-COLONIAIS PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Pedro Vianna Godinho Peria¹
Marcela Garcia Corrêa²

Resumo: Partindo do caso brasileiro como foco analítico, o artigo apresenta uma revisão de literatura no interior do campo do Patrimônio Cultural a fim de caracterizar quais as concepções hegemônicas sobre patrimônio e patrimonialização, bem como quais as críticas existentes. Se nas primeiras, os bens patrimoniais são entendidos como representações autênticas da nacionalidade, as críticas internas ao campo chamam a atenção para o contexto histórico e as relações de poder que determinam essa mesma prática. Em seguida, autores e autoras dos estudos pós-coloniais são mobilizados no sentido de aprofundar essa reflexividade num viés radical, admitindo uma inflexão na concepção das políticas de proteção ao patrimônio cultural como políticas de apagamento e memoricídio de vozes e narrativas. Por fim, afirma-se a importância da incorporação de novas agendas críticas sobre a patrimonialização, bem como na ação estatal por meio de políticas públicas, com a proposta de um enquadramento para análises empíricas futuras.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Políticas Públicas; Pós-Colonialismo; Memória; Apagamento

Introdução

Lembrar e esquecer são duas faces da mesma moeda: as vicissitudes da memória que reconstituem, no tempo presente, lampejos de eventos passados. Em seu aspecto coletivo, a memória é definida como fruto de uma construção social que vai além da polarização “indivíduo” *versus* “coletivo”, uma vez que ambos interagem entre si - por meio de classes e grupos sociais (HALBWACHS, 1990; RICOEUR, 2007; MENESES, 1992). Nessa visão, a memória social é intrinsecamente relacional e funciona como lastro de coerência das sociedades modernas (HALBWACHS, 1990). Como fruto desse processo, os Estados modernos europeus edificaram-se, especialmente nos séculos XVII e XIX, a partir da construção de elementos, símbolos e narrativas unificadoras, no qual os antigos eram vistos como depositários da memória coletiva (LE GOFF, 1990). No caso brasileiro, o período que abarca os anos 1920 e 1930, marcado pela efervescência modernista, configura-se como o momento de “busca pela essência do Brasil” e, portanto, construção do imaginário da própria brasilidade (MAGALHÃES, 2017; GONÇALVES, 2002, 2007; FONSECA, 2005). A “invenção” da nação é um processo de reconhecimento, por meio da identidade nacional, de um grupo de pessoas à algo

¹ Mestrado em Administração Pública e Governo - EAESP-FGV; Letras (Português e Linguística) - FFLCH-USP. Contato: p.v.g.peria@gmail.com

² Mestrado em Administração Pública e Governo - EAESP-FGV; História - FFLCH-USP. Contato: marcelagarciaacorreal@gmail.com

comum que as unem e do qual são vistas pelos demais (HOBSBAWN; RANGER, 1984).

Nessa tônica, é preciso estar atento à relação fundamental entre violência e História na constituição das políticas de memória, que são mediadas pela ideologia, cristalizada nas relações de poder - produzindo canais para recordar ou promover o esquecimento de determinadas vozes coletivas (RICOEUR, 2007). Os sítios de memória são responsáveis pela manutenção de sentido de objetos e narrativas do passado, ressignificados a partir de demandas do tempo presente (MENESES, 2018). Mais do que isso, a patrimonialização é uma ação cujo principal ator é o Estado, podendo ser lida, portanto, como uma política pública (NEVES; ZAGATO, 2019).

O presente artigo busca realizar um balanço dos estudos sobre patrimonialização no Brasil, contrapondo a denominada perspectiva hegemônica aos esforços críticos das abordagens pós-coloniais. Buscamos apresentar um panorama das tendências na literatura para compreender o imbricamento entre patrimônio, memória e ação estatal - e propor, a partir das abordagens críticas, um desvio de rota necessário para o avanço desta discussão na análise de políticas públicas de patrimônio cultural, sobretudo aquelas situadas nos países do Sul Global.

A seguir, a primeira seção apresenta a visão hegemônica, que concebe a patrimonialização como fruto da ação Estatal para gerar identificação, proteção e restauro daquilo que nos conecta com a nossa origem. Como se verá, são essas essas concepções que naturalizam o conceito de patrimônio e a sua prática estatal no Brasil. A segunda seção aprofunda a análise de estudos críticos sobre os procedimentos discursivos do tradicionalismo e as estratégias utilizadas pelos seus principais agentes. Como novidade, a terceira seção procura incorporar as contribuições dos estudos decoloniais (pós-coloniais) para a construção de uma crítica contundente às políticas vigentes de patrimonialização, entendendo-as como ações deliberadas de memoricídio. Por fim, discutimos possíveis enquadramentos teóricos dos enfoques pós-coloniais para o campo de análise de políticas públicas.

A visão hegemônica sobre patrimonialização no Brasil

O campo de estudos sobre patrimônio cultural foi constituído na França, concomitantemente à criação das primeiras políticas públicas voltadas diretamente à questões culturais (URFALINO, 2015). Nesse contexto, a obra *A Alegoria do Patrimônio*, da historiadora Françoise Choay, materializa-se como a principal referência que enraizou o conceito de patrimônio e de patrimonialização, concebido como um

processo natural às sociedades humanas. A monumentalização, então, é inescapável e é vista como uma prática universal para todas as comunidades. Nessa perspectiva, uma questão latente diz respeito a qual passado deve ser lembrado e como este deve ser mobilizado. Para tal, exige-se um processo de localização e seleção, pois “não se trata de um passado qualquer” (CHOAY, 2017, p. 18). De um lado, há aqueles que localizam e selecionam; do outro lado, os observadores, que recebem a mensagem da lembrança a partir do passado “localizado e selecionado” (CHOAY, 2017).

Nessa visão tradicional, o passado está parcialmente disponível para nos contar a verdade sobre os feitos de nossos antecessores, pois as informações não são plenamente acessíveis e precisam de uma interpretação qualificada. O papel, então, dos especialistas é decifrar o que os testemunhos comunicam (CHOAY, 2017) . A interpretação do passado não é espaço livre; é um trabalho que exige mediação. Com essa concepção, é o objeto que carrega os sentidos, o significante comporta significados unívocos que podem ser repassados a partir do momento, sempre presente aqueles capacitados para essa decodificação (CHOAY, 2017; POULOT, 2009). Essa visão parte do pressuposto de que o objeto do passado carrega em si os sentidos da memória, da nação e da identidade de forma que a perda desse material representa a perda desses mesmos atributos (MENESES, 2018). A fase final desse processo é a “consagração do monumento histórico”, por meio da apreciação desses objetos e de seus sentidos pelos “destinatários da memória”, garantindo sua proteção incondicional para que as futuras gerações também possam usufruir dessa sensação de proximidade com o próprio passado.

No Brasil, há uma tradição historiográfica de importação de conceitos e ideias francesas (FERREIRA, 2013) e, no caso do debate sobre patrimônio cultural, essa transladação ocorreu a partir da necessidade de formar políticas públicas de patrimônio cultural. Aqui, e em outros países do Sul Global, não se tratava de garantir que o Estado cumprisse um papel de identificação e proteção dos objetos de rememoração da nacionalidade, mas, antes, de consolidar a própria ideia de nação. Conforme explicita Magalhães (2017), nas décadas de 1920 e 1930, “vivia-se um período de busca pela essência do que era o Brasil, num processo de construção da identidade nacional na república então recentemente instituída” (p. 235).

Durante a década de 1920 até o início do Estado Novo, chama a atenção a atuação do Museu Histórico Nacional (MHN) na conformação do que viria a se tornar o campo de preservação do patrimônio cultural no Brasil (MAGALHÃES, 2017; ABREU, 1990). Catalisando sua relevância a partir da consagração de Ouro Preto como

primeiro monumento nacional, Gustavo Barroso, então diretor do MHN, e seu grupo buscavam a identificação da nacionalidade a partir de uma reconciliação com o passado colonial e a exaltação das características vistas como genuinamente interioranas (MAGALHÃES, 2017). Para Márcia Chuva (2017, p. 125), “as condições então geradas para sua atuação [do MHN e de Gustavo Barroso] poderiam ser encaradas como um primeiro passo, ainda muito tímido, para o que seria desenvolvido posteriormente”.

A partir disso, as principais ações de patrimonialização e a maior parte da produção intelectual sobre ela, estão, na verdade, centradas no papel dos intelectuais modernistas. De maneira geral, o modernismo, enquanto projeto intelectual, “estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil como cultura e como parte da moderna civilização ocidental” (GONÇALVES, 2002; p. 41); de forma que as ações e os escritos desses intelectuais buscavam ligar uma origem autenticamente brasileira à produção cultural daquela década e, ambas, às vanguardas europeias, configurando uma “noção de origem como salto em direção ao novo” (CHUVA, 2017; p. 394).

Em concordância, Fonseca (2005) argumenta que, foi “durante o Estado Novo [que] o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) funcionou efetivamente como um espaço privilegiado dentro do Estado para a concretização de um projeto modernista” (FONSECA, 2005, p. 98). No “Programa” do primeiro número da Revista do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do órgão por mais de 30 anos, afirma: “há necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país” (ANDRADE, 1937). E, depois de tecer comentários sobre o patrimônio nacional, admite tratar-se “de um vasto domínio, cujo estudo reclamará longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo” (*Idem*). O argumento aqui é bastante semelhante ao visto nos estudos franceses: ao órgão do patrimônio cabe, em primeiro lugar, afirmar a importância do patrimônio nacional, de seu estudo e divulgação; e, para tanto, deve abrigar estudiosos capazes de cumprir essa missão.

No caso brasileiro, os especialistas, leitores autorizados pela autoridade estatal e intelectual para identificar o patrimônio nacional, foram responsáveis por articular as dimensões universais e particulares necessárias para a consolidação do projeto nacional modernista (CHUVA, 2017). Se na chamada “fase heróica” da política nacional a noção de patrimônio cultural e a preocupação em relação ao tema foi bastante consolidada devido aos tombamentos e às articulações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a “fase

moderna” que caracteriza a gestão de Aloísio Magalhães no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi marcada por uma expansão desse conceito com um retorno aos ideais modernistas de Mário de Andrade (FONSECA, 2005). O problema central presente nesse período é a articulação entre a preservação da identidade cultural e o desenvolvimento.

A criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), posteriormente acoplado às funções do IPHAN³, levou a promoção de um *locus* institucional privilegiado para a coleção de elementos genuinamente brasileiros. O órgão deveria centralizar as referências da “realidade cultural brasileira” com o objetivo de “juntar, recuperar e classificar a informação, para depois devolvê-la à realidade nacional” (MAGALHÃES, 2017 [1975], p. 90-91). Nessa linha, identifica-se um desafio na conciliação do desenvolvimento com a manutenção das singularidades nacionais, que exigem um conhecimento profundo de índices dessa realidade cultural na mão de apenas um órgão estatal centralizado. Trata-se de conhecer e, conhecendo, divulgar esse conhecimento sobre a identidade nacional.

Esse seria o procedimento para evitar a descontinuidade então iminente da nossa identidade: “essa perda é, na verdade, a face negativa do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico” (MAGALHÃES, 2017 [1978], p. 151) escreveu a figura agora em questão em texto que teria sido enviado ao alto escalão do governo⁴, motivando a nomeação de Aloísio Magalhães para presidente do IPHAN, em 1979 (FALCÃO, 2017). Nessa oportunidade, elogiou a singularidade brasileira, marcada por uma “cultura nova” na qual “a assimilação das culturas de nossa formação original - a indígena, a portuguesa e a africana -, se bem que tenha atingido razoável grau de elaboração, é continuamente enriquecida por novos ingredientes” (MAGALHÃES, 2017 [1978], p. 152).

Em relação ao tema do patrimônio, as preocupações são semelhantes às focalizadas pela historiografia francesa aqui analisada: a identidade nacional corre perigo porque ou os seus suportes vêm sendo destruídos ou essas referências são desconhecidas. As ações de identificação e proteção tornam-se urgentes e o tombamento de um bem, material ou imaterial, é visto como um ato de resistência tanto à ação inexorável do tempo quanto à indiferença dos próprios portadores-destinatários dessa memória. A constituição de órgãos estatais para a coordenação desse “salvamento”,

³ Fundado em 1937 e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, com diretrizes propostas pela figura de Gustavo Capanema e Mário de Andrade, mudando de Serviço para Instituto nos anos posteriores.

⁴ Na ocasião, o texto foi enviado ao General Golbery do Couto e Silva, então Chefe da Casa Civil da Presidência da República do governo Geisel, e ao Ministro da Educação e Cultura do governo Figueiredo, Eduardo Portella.

concebidas aqui como políticas públicas, representou no Brasil e na França uma adesão do corpo político às demandas formuladas por intelectuais de vanguarda. A figura do especialista é presença constante, mesmo que assuma diferentes formas, nas falas sobre o patrimônio cultural, pois este sujeito faz justamente a mediação do que deve ser lembrado e protegido pela memória coletiva.

Descortinando a hegemonia

A crítica feita a essa tradição de pensamento sobre patrimônio histórico cultural se dá na reflexão sobre a sua conceitualização e o papel dos intelectuais na patrimonialização. De um lado, autores e autoras rejeitam a posição autoritária dada aos especialistas do patrimônio, questionando o suposto estatuto de objetividade científica da prática de seleção e preservação. Do outro lado, a própria noção de patrimônio como objeto que veicula e transmite a memória é substituída pelo entendimento que a patrimonialização é uma prática social, ou seja, são os sujeitos históricos que atribuem valor à coisa, não a coisa que carrega em si a identidade nacional.

Ao contrário do que postulam os estudos e textos expostos na seção anterior, não há nação anterior ao adjetivo nacional e não há qualquer nacionalidade inerte dentro dos objetos históricos. Esses conceitos são produtos, em constante reelaboração, de uma prática social historicamente determinada (HOBSBAWN; RANGER, 1984). Essas concepções não são colocadas de forma ingênua, mas servem a um propósito. É nesse sentido que “a assim chamada ‘preservação’ deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente” (ARANTES, 1984, p. 9).

Nesta seara, “as histórias narradas por intelectuais nacionalistas sobre o patrimônio cultural brasileiro são, basicamente, histórias de apropriação, narradas para responder a uma situação de perda e com o propósito de construir a nação” (GONÇALVES, 2002, p. 31). Em primeiro lugar, se nos atentarmos para os momentos históricos nos quais as principais ações de patrimonialização - as mais consagradas pela historiografia - foram realizadas, lembraremos que as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães se deram em contextos ditatoriais, um no Estado Novo e outro na Ditadura Civil-Militar. O primeiro passo para compreender criticamente a figura do especialista na política de patrimônio cultural no Brasil passa, então, por não esquecer qual foi o espaço político e social que permitiu seu florescimento.

A cooptação dos intelectuais, criando as figuras de escritores-funcionários e funcionários-escritores, respondeu a uma demanda “determinada pela crescente

intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade” (MICELI, 2001, p. 197). Esses atores e atrizes encontraram um ambiente propício para implementar um discurso marcado pela suposição de ser apolítico, ou seja, o conhecimento desses acadêmicos estava acima dos interesses conjunturais, configurando sua ação no domínio do governo mais como “missão” do que como “função”. A partir das determinações do Decreto-Lei 25, publicado pouco tempo depois da instauração do Estado Novo, o instituto do tombamento forneceu um instrumental de ação altamente eficaz para a imposição dessa narrativa sobre a nacionalidade. Essa ferramenta é “o momento por excelência do processo de preservação. É um discurso, pois diz algo sobre o bem, é instituinte, pois lhe confere história. [...] Como no contínuo contar e recontar dos mitos, aproxima diacronia e sincronia” (RUBINO, 1991, p. 10). Com essa possibilidade em mãos, o Estado Novo e o grupo modernista conseguiram impingir uma narrativa coesa, compacta e estável: as produções edificadas do Período Colonial foram alçadas à categoria de genuinamente brasileiras e matriz de inspiração para as futuras gerações (MARINS, 2016).

A escolha desses objetos, não de outros, foi revestida por uma ideia de rigor, desprendimento e cientificidade, mas a patrimonialização “se deu na medida em que seus agentes se auto representavam como guias, ou seja, intelectuais sábios capazes de determinar o *melhor rumo* para construção da nação” (CHUVA, 2017, p. 110). É por isso que a mesma autora postula que se trata “de uma história objetivada pelo exercício, a todo momento, de diversos poderes - dentre os quais ganha papel de destaque, no caso em análise, o poder/saber técnico” (*Idem*, p. 73). A constituição do patrimônio enquanto tema levou a criação de um campo do conhecimento que, ao mesmo tempo, “requisita e produz especialistas” (RUBINO, 1991, p. 159).

A construção discursiva da nação se dá pela naturalização desse discurso, até tornar-se naturalizado. O especialista é um mediador que desaparece na própria prática, restando apenas o resultado da edificação do imaginário social. O que essa outra historiografia da política do patrimônio busca fazer é reacender o conflito abafado pela ideologia tecnocrática. Mostram que “a memória é essencialmente uma construção social e, como tal, está sujeita às vicissitudes da própria vida social, em especial aquelas ligadas ao poder” (MONTES, 2007, p. 130). Ademais, a “hierarquização social dos objetos” distingue, “segundo o poder e o prestígio, os indivíduos ou grupos que não possuem e os que possuem”, esses bens (CHAUÍ, 2006, p. 118). Asseveram que “a memória social constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder”

(SILVA, 1992, p. 18-19), pois o poder de construir enredos fechados sobre o passado define o que será rememorado e preservado para o futuro .

Memoricídio e políticas de apagamento: contribuições do pós colonialismo

O reconhecimento do imbricamento entre relações de poder e construção da memória social lança implica na politização do ato de lembrar e esquecer (CHAGAS, 2002, p. 36). Nessa linha, a partir dos anos 1970, autoras e autores buscaram promover uma inflexão analítica: no lugar de tradição e autenticidade, observamos relações de poder e, ao invés de preservação, as omissões e silenciamentos.

Mais recentemente, os denominados estudos pós-coloniais (decoloniais) surgem como uma tendência crítica sobretudo entre intelectuais do Sul Global (MATA, 2020; SANTOS, 2003). O pós colonialismo materializa-se como uma postura epistêmica, um desvio em direção a uma gramática alternativa àquela eurocêntrica (MATA, 2020). Mais do que isso, uma mudança do ponto de vista do colonizador para o do colonizado, ou “subalterno” (SANTOS, 2003; SAID, 1978). A própria “invenção” do Terceiro Mundo, “do oriental”, “do Outro” em contraposição ao Ocidente (europeu, branco, “civilizado” e masculino) é um objeto discursivo de exercício do poder e define quais histórias e vozes são escutadas, pois salienta as deficiências em relação ao “universal” e “essencial” ocidental (BORTOLUCI, 2009).

No Brasil, de forma pioneira, Abdias Nascimento (1978) afirma que a narrativa nacional “é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia” (NASCIMENTO, 2019 [1978], p. 35-36). Para ele, a ideologia produtora dessa usurpação é a democracia racial, “visão suave, açucarada, das relações entre negros e brancos no país” (*Idem*). Em outra obra, afirma categoricamente que a democracia racial designa o racismo ao estilo brasileiro: “a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetuando contra o afro-brasileiro. *Monstruosa máquina designada ‘democracia racial’ que só concede aos negros um único ‘privilégio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora*” (NASCIMENTO, 2016 [1978], p. 111, grifos nossos).

Nesses termos, o discurso da miscigenação não é apenas acessório do racismo brasileiro, mas é a forma pela qual essa violência é naturalizada, aprovada e perpetuada (GONZALEZ, 2020 [1979]). É uma narrativa que estabelece uma memória apaziguada do passado nacional e que, por continuidade, torna “pacífica” a convivência do presente.

É nesse sentido também que Gonzalez (2020 [1979]) afirma que o “mito da democracia racial” é um “modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil” (p. 38). Nomear esses processos como miscigenação, biológica e cultural, implica impossibilitar considerá-los como fruto da opressão e apagamento: esquece-se da violência para lembrar-se de uma trajetória nacional harmoniosa. Para esse processo de esquecimento, Carneiro denomina de epistemicídio, o qual: “[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural. [...] é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Trata-se da reiteração da ilegitimidade do ser do “Outro”. Na definição apresentada pela filósofa, apreendemos que o epistemicídio promovido pelo racismo retira do sujeito negro a própria condição de racionalidade, de saber quem se é (CARNEIRO, 2005). Ainda nas palavras da autora, o “não-ser” do negro afirma o Ser, em uma relação dialética de identidade, isto é, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de ‘coisa que falta’” (*Idem*, p. 99, grifos nossos). Um dos elementos faltantes é precisamente a possibilidade de escrever sua história, de ter uma memória compartilhada e tornada pública. Os efeitos disso são devastadores: “a negação da identidade, da racialidade negra, no qual a miscigenação é um operador, implica no plano político em destituir o negro da condição de um grupo de interesse, a ser reconhecido, é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político” (*Idem*, p. 282).

Em fala realizada em 2009, Carneiro relacionou a problemática da destituição do caráter de sujeito com a política pública cultural, entendida como fator responsável pela “folclorização, a fossilização e a fixação das culturas negras em imagens de controle que legitimam [sua] expropriação e deslocam as culturas negras do âmbito da contemporaneidade por meio do branqueamento dessas expressões” (CARNEIRO, 2020, p. 271). A política pública de patrimônio opera, nesse sentido, a “expropriação cultural que se processa quando as marcas culturais negras sofrem *transfiguração de produtos culturais ‘nacionais’ desencarnados de sua negritude*” (*Idem*, grifos nossos). Nessa leitura, a narrativa da nacionalidade retira a possibilidade das tradições e histórias negras se afirmarem como tal. A falsa homogeneidade da identidade brasileira, levada a cabo pelas ações de patrimonialização, é construída em detrimento e pela interdição das

identidades não-brancas. É uma construção narrativa ao mesmo tempo delicada e avassaladora, porque retira das populações dominadas a chance de se reconhecerem e também estereotipa e folcloriza as características desses mesmos grupos para compor a nacionalidade.

Um olhar atento aos monumentos no espaço público do município de São Paulo (SP) pode oferecer um indício interessante do processo de memoricídio. Atualmente, a cidade conta com 367 monumentos, mas esses não são espalhados de forma igualitária pelo espaço: 171 monumentos (46,6%) encontram-se em cinco distritos (Moema, Sé, República, Jardim Paulista e Consolação) enquanto sessenta distritos possuem um ou nenhum monumento (INSTITUTO PÓLIS, 2020). A localização desses sítios públicos de memória parece se dar de forma aversiva aos distritos com maior população negra: nos setores censitários com maior concentração de população auto definida negra, não há monumentos. Ademais, bairros historicamente negros sofreram processos de apagamento enquanto lugares de histórica ocupação negra na cidade, como é o caso da Liberdade e do Bixiga-Bela Vista (sítio do samba), que hoje são reconhecidamente nipo-brasileiro e itálo-brasileiro, respectivamente (GARCIA, 2017).

O enfoque pós-colonial para o entendimento da organização do espaço urbano também mostra, empiricamente, muito sobre nossa desigualdade material e simbólica. Se a disposição dos monumentos públicos já indica um apagamento da representação negra, o conteúdo dessas homenagens torna esse processo ainda mais patente. Dentre os 367 monumentos, apenas cinco (pouco mais do que 1%) representam pessoas negras: “Luiz Gama” (1931), “Engraxate e o Jornaleiro” (1950), “Mãe Preta” (1955), “Mariguella” (2004) e “Zumbi dos Palmares” (2016) - todos na região central da cidade (INSTITUTO PÓLIS, 2020). A questão da monumentalização é apenas uma das facetas da política pública de patrimônio cultural, mas já é capaz de indicar a marginalidade simbólica da história negra dentro do país da “democracia racial”. Ao mesmo tempo que a negritude é colocada como parte fundante da “identidade nacional”, ela é incorporada de forma inferiorizante - fato manifesto nas próprias dinâmicas de construção do espaço público.

As identidades subalternizadas encontram-se, assim, num meio termo entre a presença e a ausência; posição que apenas implica prejuízos psicológicos, econômicos, sociais e políticos para essas populações. Nesse meio termo, imposto pela narrativa nacional, é possível argumentar que as estratégias de patrimonialização tradicionais produzem sujeitos que não contam com uma cidadania plena (MBEMBE, 2014). A identificação dessa narrativa lacunar e excludente construída pela política pública de

patrimônio é fruto das contribuições de uma historiografia crítica do patrimônio e das relações raciais no país.

O Quadro 01 sintetiza a discussão realizada neste artigo e propõe possíveis enquadramentos para o estudo de patrimônio cultural no campo das políticas públicas (conceito, papel dos intelectuais, papel do Estado). A mirada analítica sobre o papel do Estado no processo de patrimonialização pode seguir epistemologias distintas. Consideramos que os estudos pós-coloniais contribuem para lançar novas perguntas, hipóteses de pesquisa e identificar novas categorias caras ao estudo da constituição da memória coletiva. Isso porque autores e autoras decoloniais advogam em favor da primazia das faltas da ação estatal (isto é, o que está oculto e silenciado) dentro de suas análises. Tal perspectiva lança novos desafios para pesquisadores e pesquisadoras interessadas na temática, pois descortinar os meandros das “histórias oficiais” e buscar pelas vozes apagadas, cujas memórias são subjugadas, é uma empreitada que exige reconhecer quais vozes ecoam em resistência ao memoricídio. Esta perspectiva vai ao encontro da definição de políticas públicas de Dye (2008), vistas enquanto aquilo que o Estado decide ou não fazer, isto é, sua ação e inação.

Quadro 01. Enquadramentos teórico-políticos para o estudo de patrimonialização

| | Tradicional | Críticas no interior do campo do Patrimônio | Pós-colonialismo |
|---|--|---|--|
| Visão sobre o patrimônio (Conceito) | Materialização da identidade nacional. | Produto de prática social de construção da nacionalidade. | Aparato de opressão simbólica, violência epistêmica e apagamento de narrativas. |
| Visão sobre o papel dos intelectuais | Únicos capazes de identificar a autenticidade dos bens nacionais. | Produtos e produtores da prática da patrimonialização. Classicamente, imersos na lógica tecnocrática. | Agentes socialmente habilitados para ditar o caráter excludente das políticas de patrimônio. |
| Principal enfoque para análise de políticas públicas (Papel do Estado) | Capacidade de proteção aos bens tombados. Autenticidade e parecer técnico. | Formas de construção do discurso. Olhar para os atores que participam da patrimonialização. | Faltas produzidas pela ação do Estado. Olhar para memórias marginalizadas, quais vozes estão ausentes e silenciadas. |
| Principais referências | Choay (2017) Fonseca (2005) Poulot (2009) | Arantes (1984) Chagas (2002) Chuva (2017) Gonçalves (2002) | Nascimento (2019) Carneiro (2005) Gonzalez (1979) |

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

O presente artigo buscou apresentar um arco teórico considerando diferentes abordagens sobre o patrimônio cultural e a patrimonialização no caso brasileiro. As perspectivas tradicionais foram, primeiramente, colocadas em xeque a partir de estudos historiográficos críticos. Esses autores e essas autoras partiram da denúncia da seletividade das ações de patrimonialização, bem como da lógica tecnocrática posta em prática pela intelligentsia nacional. Foram essas críticas que abriram espaço no campo para abordagens mais radicais, essas sim capazes de desvendar os mecanismos de exclusão operados pela política pública de patrimônio cultural, com ênfase para o epistemicídio e o memoricídio.

Com isso, quaisquer esforços que busquem estudar as iniciativas de patrimônio cultural no Brasil precisam ter em mente como as relações de poder (e sobretudo, as raciais) são reproduzidas pela ação do Estado e dos “especialistas”, quando escolhem o que será preservado e o que será esquecido. A edificação da sociedade brasileira, em suas raízes coloniais e persistências contemporâneas, precisa ser alvo da inquietação de pesquisadores e pesquisadoras com interesse no tema. Considerar o pós-colonialismo como chave interpretativa, nas suas dimensões relacional, política, histórica e contextual, lança uma nova complexidade para apreender aquilo que permanece “oculto” e “silenciado” nas narrativas patrimoniais brasileiras.

No Brasil, há um terreno fértil em edificação para que novas agendas de pesquisa sigam esta esteira teórico-política - basta ver a riqueza dos escritos de Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e tantos(as) outros(as) que não couberam no escopo deste artigo. Tanto no tocante às polícias públicas quanto ao patrimônio cultural, campos marcados pela lógica tecnocrática e eurocêntrica, é preciso estar atento às possibilidades de investigação a partir das ferramentas conceituais oferecidas pelos estudos críticos e pós-coloniais.

Referências

- ABREU, Regina. **Tradição e modernidade: o Museu Histórico Nacional e seu acervo**. In: Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, vol.3, nº1. 1990, p. 13-29
- ANDRADE, Mário de. **Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.1, 1937.

ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORTOLUCI, José Henrique. Para além das múltiplas modernidades: eurocentrismo, modernidade e as sociedades periféricas. **Plural**, v. 16, n. 1, p. 53-80, 2009.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia da Educação, Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. Política Cultural e Cultura Política: contradições e/ou complementaridades. In: CARNEIRO, Sueli Aparecida. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 265-274.

CHAGAS, Mario de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002.

CHAUÍ. Marilena de Souza. **Cidadania Cultural**: O direito à Cultura. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2006.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 6ª ed., 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2ª ed., 2017.

DYE, Thomas R., Understanding Public Policy, 12th ed., New Jersey, **Prentice Hall**, 2008.

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: LEITE, João de Souza (org.). **Aloísio Magalhães - Bens Culturais do Brasil**: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. p. 23-38.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A Fase Heróica. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. Cap. 3. p. 81-127.

GARCIA, Cecília. Memória e resistência nos bairros negros da cidade de São Paulo. Educação e Território. Disponível em: <https://url.gratis/r3G1D> Acesso em 18 mar. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José. R. S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. **Coleção Museu, Memória e Cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 25-44. Texto publicado pela primeira vez em 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

INSTITUTO PÓLIS. **Que histórias as cidades nos contam?** A presença negra nos espaços públicos de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2013.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-290, Sept. 2017.

_____, Aloísio. Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. 1978. In: LEITE, João de Souza (org.). **Aloísio Magalhães - Bens Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil?: um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan. 2016.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: ensaios sobre a África descolonizada. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

MENESES, Ulpiano. T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 34. p. 09-23, 1992

MENESES, Ulpiano T. B. Os museus e as Ambiguidades da Memória: a Memória Traumática. **Conf. 10º Encontro Paulista de Museus**, Memorial da América Latina, 2018.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras. 2001.

MONTES, Maria Lucia. Memória e Patrimônio Imaterial. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org.). **Memória e Cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007. p. 127-135.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva. 2019.

NEVES, D. R. L.; ZAGATO, J. A. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. **Revista CPC**, [S. 1.], v. 13, n. 26esp, p. 162-190, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade. 2009.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937-1968. 1991. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, UNICAMP, Campinas, 1991.

SAID, Edward. **Orientalism: Western concepts of the Orient**. New York: Pantheon, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 66, p. 23-52, 2003.

SILVA, Olga Brites da. Memória, Preservação e Tradições Populares. In: DPH. **O direito à Memória**. São Paulo: DPH, 1992. p. 17-21.

URFALINO, Philippe. **A Invenção da política cultural**. São Paulo: Edições SESC SP. 2015.